

O primeiro repasse aconteceu no início de janeiro de 2021. A prorrogação de prazo contratual ocorreu no ato do **2º Termo Aditivo** ao contrato de gestão, processo nº 2021/1299094, com **prorrogação em 17 de dezembro de 2021, pactuando nova vigência contratual de 23 de dezembro de 2021 finalizando em 22 de dezembro de 2022.** A prorrogação de prazo contratual ocorreu no **3º Termo Aditivo** ao contrato de gestão, processo nº 2022/13448927, com a **prorrogação em 23 de dezembro de 2022 e finalizando em 22 de dezembro de 2023.** A prorrogação de prazo contratual ocorreu no **5º Termo Aditivo** ao contrato de gestão, processo nº 2023/1012611, com a **prorrogação em 23 de dezembro de 2023 e finalizando em 22 de dezembro de 2024.** Podendo ser prorrogado por períodos sucessivos no interesse de ambas as partes, mediante parecer favorável da **Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA.**

**2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis:**

**2.1 Apresentação das Demonstrações Contábeis** - Na elaboração de suas demonstrações contábeis, a entidade adotou todas as normas, pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, notadamente a ITG 2002 (R1) – Resolução 1.409/2012, que prescreve critérios contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, que, com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das demonstrações contábeis para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração efetue estimativa e adote premissas que afetam os montantes apresentados nas demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Através das mudanças de critérios realizadas em 2023, a administração optou por realizar os ajustes pertinentes as contas que foram afetadas por esse critério, no exercício de 2022. Fazendo com que as demonstrações para efeito comparativo fossem vistas de forma coesa pelo leitor. Essa mudança não traz qualquer necessidade de retificação de obrigações acessórias enviadas do exercício de 2022, sendo pertinente apenas na publicação de balanço. A emissão das presentes demonstrações contábeis foi aprovada pela diretoria do Instituto em 22 de abril de 2024.

**2.2 Principais Práticas Contábeis:**

**a) Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação mantidas em instituições contábeis de primeira linha.

**b) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes** - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

**c) Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos** - A entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas demonstrações contábeis de 2023 e 2022 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

**d) Bens patrimoniais em nosso poder (Imobilizado)** - Bens transferidos pelo ente público a instituição que fará a gestão e estará responsável pela guarda, e registrados conforme valor de aquisição. Qualquer destinação realizada deve ser informada ao ente público para que o controle se mantenha íntegro. A depreciação dos bens não é realizada pela instituição, que posteriormente serão devolvidos ao ente público.

**e) Apuração do resultado do exercício** - Receitas: Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da Instituto são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais - Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. Para os serviços contratados é considerado o período de execução destes, para apropriação ao resultado. A operação do Instituto é diretamente ligada à execução do orçamento definido no contrato de gestão. No exercício de 2023 o projeto apresentou resultado de R\$0.

**f) Provisão para contingências** - A entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A administração da entidade adota o procedimento de mensurar e provisionar contingências às causas impetradas contra a entidade em função do risco de perda, baseada na classificação de risco e opinião de seus consultores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita com a finalidade de liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

**g) Estoques** - Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da utilização por meio de prestação de serviço ou perecimento. No início do projeto, a entidade recebeu de estoques a título de transferência da gestão anterior. Os valores foram reconhecidos em conta do ativo circulante contra passivo circulante (bens cedidos no início do projeto) e foram baixados mensalmente conforme consumo. Além de ser baixado do passivo circulante, o consumo mensal dos bens cedidos no início do projeto foi apropriado ao resultado junto aos demais itens consumidos, sendo reconhecida em contrapartida a receita pela utilização de um estoque não adquirido com os recursos do contrato de gestão vigente.

**h) Patrimônio Social** - O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e

compreende o Patrimônio Social, acrescido do superávit ou subtraído do déficit do exercício.

**i) Renúncia Fiscal** - A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN.

**j) Resultado Operacional** - Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 07 (R2) – Subvenções e Assistências Governamentais, a Subversão Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretendem compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma "item 12 a 15". Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "Zero". A administração através de ofícios e reuniões está tratando do reequilíbrio financeiro para o exercício de 2024 a fim de suprir o déficit do exercício. Em termos gerais, serão utilizadas as métricas de atendimentos e custos de materiais e medicamentos, onde serão apontados os dispêndios financeiros para manter o atendimento em sua plenitude.

**k) Ajustes retrospectivos decorrentes de retificação de erros** - Em decorrência de determinadas retificações de erros nas políticas contábeis, o Instituto Social Mais Saúde - Hospital Geral Público de Castelo dos Sonhos efetuou ajustes retrospectivos. Como consequência, as demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram retificadas, conforme previsto na Resolução nº 1.179/09 do Conselho Federal de Contabilidade e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro (NBC TG 23 (R1)), refletindo os ajustes exclusivamente para fins de comparabilidade entre os exercícios sociais apresentados, conforme conciliação da quantificação dos efeitos sobre as demonstrações contábeis, demonstradas a seguir. Através das mudanças de critérios realizadas em 2023, a administração optou por realizar os ajustes pertinentes às contas que foram afetadas por esse critério, no exercício de 2022. Fazendo com que as demonstrações contábeis para efeito comparativo fossem vistas de forma coesa pelo leitor. Essa mudança não traz qualquer necessidade de retificação de obrigações acessórias enviadas do exercício de 2022, sendo pertinente apenas na publicação de balanço.

**QUADRO 1.1 - IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO EM 2022**  
**Instituto Social Mais Saúde - Filial Hospital Regional Público**  
**Castelo de Sonhos – Altamira/PA**  
**Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022.**  
**(Valores expressos em reais)**

	Anteriormente apresentado 31/12/2022	Ajuste	Reapresentado 31/12/2022
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.678.260	-	1.678.260
Remuneração de Contratos a Receber	29.958.285	-	29.958.285
Estoque	1.565.703	-	1.565.703
Adiantamentos	165.765	-	165.765
Conta corrente os projetos	500.000	-	500.000
	<b>33.868.013</b>	-	<b>33.868.013</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Contas a receber - Contrato de gestão	-	2.170.928	2.170.928
	-	<b>2.170.928</b>	<b>2.170.928</b>
<b>Compensação ativo</b>			
Bens Patrimoniais em nosso Poder	2.296.262	178.713	2.474.975
	<b>2.296.262</b>	<b>178.713</b>	<b>2.474.975</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>36.164.275</b>	<b>2.349.641</b>	<b>38.513.916</b>
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	5.013.646	-	5.013.646
Obrigações Fiscais	158.691	-	158.691
Obrigações Trabalhistas	375.558	-	375.558
Provisões Trabalhistas	348.395	-	348.395
Recursos de Contratos de Gestão	29.958.285	-	29.958.285
Estoque de Terceiros	184.365	-	184.365
	<b>36.038.940</b>	-	<b>36.038.940</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Déficits Acumulados	(2.349.641)	2.349.641	-
	<b>(2.349.641)</b>	<b>2.349.641</b>	-
<b>Compensação passivo</b>			
Bens Patrimoniais em nosso Poder	2.474.975	-	2.474.975
	<b>2.474.975</b>	-	<b>2.474.975</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>36.164.275</b>	<b>2.349.641</b>	<b>38.513.915</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**QUADRO 2.1 - IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO EM 2022**  
**Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2022.**  
**(Valores expressos em reais)**

	Anteriormente apresentado 31/12/2022	Ajuste	Reapresentado 31/12/2022
<b>Receita líquida</b>	<b>29.958.285</b>	-	<b>29.958.285</b>
<b>(-) Custos com saúde</b>	<b>(32.051.689)</b>	<b>4.009.889</b>	<b>(28.041.800)</b>
Salários e ordenados	(4.070.731)	509.277	(3.561.454)
Serviços terceiros	(24.222.862)	3.030.448	(21.192.414)
Materiais e medicamentos	(3.758.096)	470.164	(3.287.932)
<b>(=) Resultado bruto</b>	<b>(2.093.404)</b>	<b>4.009.889</b>	<b>1.916.485</b>